



http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=4aWjXy3McC-7m5V5ZC3CwQ&chave2=Ug8Cwmsph_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06971995929-MARLEI GOLDMEYER|21598940953-JOSE JOAO TAVARES|07953343975-ELIVELTON LUIZ DORE
69333980020-MARCIO CASSOL CARVALHO|98118099768-FABIO DOS SANTOS RIERA|82332592920-JOAO JOSE PEREIRA CAVALLAZZI
06401675438-ALESSANDRO RODRIGUES DE LEMOS PAULA MARQUES

**ATA DA 43ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.**

CNPJ: 17.315.067/0001-18

NIRE: 42.3000 38695

1.DATA, HORA E LOCAL: dia 25 de março de 2022, às 14h00min, por Webconferência.

2.PRESENCAS E QUORUM: Presentes os conselheiros **Alessandro Rodrigues de Lemos Paula Marques, João José Pereira Cavallazzi e Marcio Cassol Carvalho**. Secretária *ad hoc*: **Marlei Goldmeyer**. Convidados da SCPAR Porto de Imbituba: **Fábio Dos Santos Riera**, Diretor Presidente; acumulando a função de Diretor de Gestão e Finanças; **José João Tavares**, Diretor de Planejamento de Operações, **Elivelton Luiz Doré**, Analista Contábil, **Kelvin Medeiros Duhart e Manuela Pereira Fernandes**, Administrativos Portuários. Também participou da reunião **Marlos Nanoni**, auditor independente, Consult Auditores. Com a presença da totalidade dos membros do Conselho, obteve-se quórum para instalação e deliberação, na forma do Estatuto Social da companhia.

3.COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos pelo **Sr. Marcio Cassol Carvalho**, e secretariados pela Secretária *ad hoc*, **Srta. Marlei Goldmeyer**.

4. ORDEM DO DIA: (1) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do quarto trimestre de 2021; (2) Análise e discussão das Demonstrações Financeiras e da Execução Orçamentária do quarto trimestre de 2021; (3) Análise dos itens pendentes de reuniões anteriores; (4) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.

5. DEBATES E EXPOSIÇÕES: Após cumprimentar a todos, o Presidente Márcio abriu os trabalhos da 43ª reunião do Conselho Fiscal da Companhia dando boas vindas aos presentes. Ato contínuo sugeriu alterar a ordem da pauta, tratando inicialmente do segundo item e posteriormente do primeiro, após os presentes aceitaram tal sugestão e iniciou-se a apreciação da ordem do dia: **(2) Análise e discussão das Demonstrações Financeiras e da Execução Orçamentária do quarto trimestre de 2021:** Tomando a palavra, o **Sr. Elivelton** compartilhou em tela o relatório com informações atinentes ao 4º trimestre (Processo SGPe PIMB 1886/2021, peça "Relatório ITR 4TR2021", p. 307- 316). Inicialmente apresentou os destaques referente ao quarto trimestre: 1) Aumento em 17 % na movimentação geral em relação ao ano anterior; 2) Aumento em 27 % na movimentação de cargas do Berço II; 3) Lucro Líquido do ano em R\$ 12,8 Milhões, crescimento de 22% em relação ao ano anterior; 4) Produtividade Média das operações portuárias em média de 8.335 ton/dia; 5) Ticket Médio diário das Receitas SB em 2% superior ao ano anterior, registrando aproximadamente R\$ 68.257; 6) Aumento das Receitas Totais em 26%, se comparado ao mesmo período do ano anterior; 7) EBITDA acumulado do ano em R\$ 18,1 Milhões, crescimento de 67%. Quanto aos resultados operacionais informou que o Porto de Imbituba finalizou o 4º trimestre de 2021 com 6.875 mil toneladas movimentadas, representando uma variação positiva de 17% em relação ao mesmo período do ano anterior. Discorreu também sobre a tabela da Movimentação em Toneladas por Berços de Atracação, como também por Grupo de Cargas, sendo estes dados do ano de 2017 até 2021. Na questão do acumulado do ano corrente, a taxa de ocupação geral registrada foi de 81%, representando um aumento de 9% na comparação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos índices de produtividade média geral das operações, considerando a movimentação realizada durante os períodos atracados, ficou em 8.335 ton/dia no acumulado deste ano, apresentando uma redução em relação ao ano anterior, devido ao aumento da exploração da carga geral, o qual reflete diretamente nas receitas da autoridade portuária. Sobre a Análise das receitas da autoridade portuária relatou que a Receita Média Diária das Operações Portuárias (*ShipBerth*), indicador que mensura o ticket médio diário gerado pela ocupação dos berços de atracação, registrou no acumulado do ano o valor de R\$

Esta folha pertence à ata da 43ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 25 de março de 2022

Página 1 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 01/06/2022 Data dos Efeitos 01/06/2022

Arquivamento 20226166848 Protocolo 226166848 de 01/06/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 388305886844406

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício



01/06/2022

68,3 Mil, não representando variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Em seguida, pontuou que na evolução comparativa da composição das receitas, foi registrado crescimento de 26% no ano corrente em relação ao mesmo período do ano anterior. De forma breve, também apresentou a segregação das tarifas Composição das Receitas Totais do Período. Quanto à Evolução dos Resultados, registrou que as projeções orçamentárias para o ano de 2021 foram aprovadas por intermédio do PEIN, na 65ª Reunião do Conselho de Administração que ocorreu em dezembro de 2020. Ao término deste trimestre, a empresa registrou Receitas Totais de cerca de R\$74,2 Milhões, representando 83% do planejado para o ano, e Custos e Despesas em R\$ 45,6 Milhões, representando cerca de 95% do previsto para este ano. Posteriormente apresentou o histórico de resultados, no qual houve aumento significativo de custos e despesas sendo estes naturais, devido a questão do incremento na área de Infraestrutura e Engenharia, isso se dá ao fato da responsabilidade da Autoridade Portuária em fornecer a manutenção da infraestrutura. Em relação ao EBITDA ajustado, é perceptível a evolução na qual no ano de 2021 alcançou 18.141, basicamente concentrado no crescimento da atividade portuária. Quanto ao Acompanhamento dos Investimentos, do total orçamentário de investimentos previstos para 2021, em R\$ 51,2 milhões, a companhia executou até o presente trimestre R\$ 3,52 Milhões, representando 7% das estimativas planejadas para o ano todo. Neste contexto justifica que estava previsto um desembolso significativo para a obra do Cais 3, no entanto, o avanço nas tratativas para a obra demoraram mais que o cronograma previsto inicialmente. No que se refere às Demonstrações Financeiras a companhia encerrou o ano corrente com um índice de liquidez corrente 7,6 e liquidez imediata de 7,3, conforme Balanço Patrimonial. Finalizando a sua apresentação, em relação ao Acompanhamento Dos Contratos Vigentes, destacou que durante o trimestre foi realizada a celebração de 32 novos contratos, cuja soma dos valores destes é superior a R\$ 20 Mil Reais. Após apresentou a relação dos 25 (vinte e cinco) maiores valores executados com contratos no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, sendo que os valores da amostra representam cerca de 82% do total executado em contratos que foi de R\$ 29.410,157,47 (Vinte e nove milhões, quatrocentos e dez mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos) no acumulado do ano corrente. No momento seguinte, o **Presidente Márcio** parabenizou o Sr. Elivelton pela apresentação, e comentou que os questionamentos prévios foram sanados durante a mesma.

Ato contínuo, o conselheiro **Alessandro** sugeriu alguns ajustes pontuais: 1) destacou na página 308 na qual não há número da tabela, e há taxa de ocupação (% de ocupação dos berços). Sugeriu alterar a digitação para “% em ocupação dos berços; 2) no item 3 “Análise das receitas da autoridade portuária” foi registrado no acumulado do ano o valor de R\$ 68,3 Mil não representando variação em relação ao mesmo período do ano anterior”, como os números não são idênticos e sim próximos, sugeriu então complementar a redação, acrescentando a palavra relevante, a saber: “não apresentando variação relevante em relação ao mesmo período do ano anterior”. Encerrado o debate do segundo item da pauta, retomou-se o primeiro item: **(1) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do quarto trimestre de 2021**. Com a palavra, o Auditor independente, **Sr. Marcos** mencionou que é o gerente responsável pela Auditoria do Porto de Imbituba juntamente com o Sr. Paraílio. Ato contínuo, passou a discorrer sobre o Relatório de Auditoria 4TR2021 (Processo SGPe PIMB 1886/2021, peça “Relatório de Auditoria 4TR2021”, p. 317- 335). Inicialmente comentou sobre o controle interno na qual na parte do ativo caixa foi realizado o confronto da análise política de caixa. Relatou que também foi realizada a análise da movimentação das aplicações e extratos bancários, como também neste trimestre foram realizados os questionamentos aos bancos, momento no qual obtiveram todas as respostas e não houveram diferenças identificadas. Com relação ao item das contas a receber da companhia, comentou que foi realizada a verificação por amostragem de alguns documentos que compõem o saldo da conta onde não foram identificadas divergências. Comentou também que com base na



análise dos vencimentos dos títulos em aberto, não foram identificados títulos vencidos, logo não há necessidade de contabilização de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD. Logo, mencionou que há pendência no montante de R\$64.150.370,73 (sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e setenta reais, e setenta e três centavos) da Santos Brasil, a qual está em processo judicial. Em seguida, relatou que foi realizada a análise dos estoques por meio do confronto dos saldos dos relatórios de inventário com os saldos das respectivas contas contábeis, e não foram identificadas divergências. Quanto ao Ativo Intangível comentou que foram confrontadas as contas contábeis de intangível com o respectivo controle patrimonial de bens, sendo analisados alguns documentos de aquisições ocorridas no período de outubro a dezembro de 2021, por amostragem, após foi realizado o cálculo da amortização registrada no resultado do exercício. Em relação ao Passivo comentou que confrontaram o saldo contábil de contas a pagar com o relatório de composição do financeiro e não identificaram divergências. Mencionou também que não houveram divergências no item Resultado do Exercício. Após, pontuou alguns comentários acerca da: Folha de Pagamento, Faturamento, Tributos, Estoques e Ativo Intangível. Por fim, o *status* das recomendações realizadas em relatório referente ao 3º trimestre de 2021, no qual três estão pendentes (registro das Notas Fiscais de Gastos com Prestação de Serviços; Receitas de Serviços Portuários; e Deduções da Receita Bruta), uma foi parcialmente regularizada (Cálculo do IRPJ e CSLL) e outra integralmente (Cofins a Recuperar). Na sequência o **Presidente Márcio** agradeceu a apresentação, e abriu a palavra para os demais conselheiros para possíveis questionamentos. Sendo assim, o **Sr. Alessandro** comentou quanto ao processo de licitação do Seguro Patrimonial, o qual resultou deserto, e após questionou sobre as medidas da administração em solucionar este tema. Quanto a isto, o **Diretor Presidente** informou que a empresa “Liberty” foi a vencedora da licitação. Posteriormente, o **Sr. Marcio** questionou quanto a ação do COFINS, pois no item 1.8 retrata que a mesma é uma ação instaurada. O **Sr. Elivelton** esclareceu que existem duas ações em relação ao COFINS, uma acerca da alteração do regime tributário, e a segunda que diz respeito ao pedido de ressarcimento de COFINS junto a Receita Federal, onde houve um despacho não reconhecendo o crédito e sendo necessária ação judicial. Quanto a esta ação do COFINS, a recuperar no valor de aproximadamente R\$80 mil reais, que foi transferido para o grupo do ativo não circulante registrado uma provisão para perdas prováveis. Após, o **Sr. Elivelton** mencionou que há uma discussão acerca da prescrição, pois na norma em si tem o prazo, o COFINS data de 2014, no entanto, a decisão administrativa se deu apenas no ano de 2020, por este motivo há a probabilidade de perda em relação a este crédito. Na sequência o **Sr. Marcio** reforçou algumas recomendações da auditoria, com relação à contabilização dos depósitos judiciais acerca do Imposto de Renda; estoques e ativo intangível. Quanto ao item 2.4 mencionou que há dúvida sobre os dividendos que são retidos, se os mesmos estão sendo repassados para a SCPAR. Em resposta, o **Sr. Riera** afirmou que o saldo na Holding é superior a trinta milhões de reais, sendo que o valor referente ao ano de 2020 ainda não foi repassado, devido a obra do cais 3. Ato contínuo, relatou a importância da retenção dos dividendos e sua preocupação com o fluxo de caixa da empresa, pois, ao longo da recuperação / aplicação, o Cais 3 pode não poderá atracar navio por cinco meses. Ciente destas previsões, foi demandado junto ao CONSAD a retenção de dividendos a serem direcionados para a obra do Cais 3 e demais obras que visam minimizar os impactos nas operações: a construção de um dolphin na ponta do berço 2, derrocagem no berço 1, investimento no costado do cais 2. Posteriormente, o **Sr. Elivelton** complementou que os dividendos distribuídos só podem ser utilizados mediante prévia autorização do poder delegante. Ato contínuo, rememorou que no ano de 2020 como a obra do cais obteve imprevisibilidade na questão dos custos, houve uma manifestação junto ao Conselho de Administração com a possibilidade de haver a suspensão do pagamento dos dividendos até a

Esta folha pertence à ata da 43ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 25 de março de 2022
Página 3 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 01/06/2022 Data dos Efeitos 01/06/2022

Arquivamento 20226166848 Protocolo 226166848 de 01/06/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 388305886844406

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

01/06/2022

conclusão da obra. Sendo assim, informou que cabe ao Conselho Fiscal, em momento oportuno, conforme algumas discussões apresentadas anteriormente, opinar sobre a retenção dos dividendos até a conclusão da obra do cais, mas que tal assunto deve ser apreciado e deliberado pelo Conselho de Administração, e posteriormente em Assembleia Geral do Acionista. Após o **Sr. Marcio** questionar se o Conselho Fiscal autorizou a retenção dos dividendos em reuniões do ano anterior, o **Sr. Elivelton** esclareceu que o CONFIS autorizou a distribuição, no entanto, o estudo sobre fonte de recursos para a Obra do Cais 3, foi tratado posteriormente e em reuniões do CONSAD, restando pendente a concordância pela retenção via ata de reunião do pelo Acionista Único. Em conclusão deste item o Conselho corroborou com todas as recomendações da auditoria. Por fim, o **Presidente Márcio** passou para o terceiro item da pauta: **(3) Análise dos itens pendentes de reuniões anteriores.** Inicialmente, o **presidente Márcio** questionou se a reunião do CONSAD agendada para o dia 28 de março visa tratar do tema Cais 3. Na sequência o **Diretor-Presidente** informou que, a princípio, o assunto não está na pauta da reunião. Ato contínuo, acrescentou que neste intervalo de tempo, ocorreram algumas alterações na composição do Conselho de Administração da Companhia, o conselheiro Presidente do comitê do Cais 3, deixou de compor tal conselho, mas segue sendo diretor do Porto de São Francisco. Além disso, o edital encontra-se suspenso *sine die*; recentemente, a ANTAQ emitiu notificação (com possibilidade de multa que pode chegar a 200 mil reais) para que o porto se manifeste dentro de 30 dias sobre este ponto. Dado este contexto, a expectativa é que o comitê finalize os trabalhos o mais breve possível entregando um relatório conclusivo ao CONSAD. Quanto à manifestação do **capital social**, o **Sr. Elivelton** comentou que a companhia recebeu manifestação do Comitê de Auditoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, ambos sugerem realizar uma consulta junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, sendo assim, a Diretoria irá providenciar envio de ofício visando efetivar tal consulta. Adiante, a **Sra. Marlei** projetou em tela os *slides* com a compilação de algumas pendências de reunião anteriores, comentando que a maioria dos itens já foram discutidos ao longo da reunião: (a) seguro patrimonial foi contratado; (b) a licitação do Cais 3 está suspensa *Sine Die*; (c) a norma para controle de estoques do almoxarifado está em processo de finalização; (d) o tema eleição do diretor para compor a Diretoria Executiva tem sido tratado no âmbito do CONSAD; (e) as demandas apontadas pela auditoria independentes estão sendo atendidas. Por fim, o **Presidente Márcio** deu por encerrada este item da pauta. **(4) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.** Agendou-se para o dia 23 de maio de 2022 a próxima reunião ordinária, que, possivelmente, acontecerá na forma presencial na sede do Porto de Imbituba. Sendo assim, ficou acordado que será providenciada a compra das passagens do Sr. Alessandro com antecedência. As reuniões para análise das informações do segundo e do trimestres, ficam estabelecidas para os dias 22 de agosto e 21 de novembro de 2022.

6. DELIBERAÇÕES: Após as discussões dos itens da pauta, o Conselho Fiscal resolveu: **a) aprovar** o Relatório de Auditoria referente ao quarto trimestre de 2021; **b) aprovar**, sem ressalvas, as Demonstrações financeiras da companhia relativo ao quarto trimestre de 2021; **c) agendar** a próxima reunião do Conselho Fiscal para o dia 23 de maio de 2022.

7. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado e nada mais a ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata, a ser aprovada e assinada na próxima reunião presencial.

Imbituba, 25 de março de 2022.

Marcio Cassol Carvalho
Presidente do Conselho Fiscal

Alessandro Rodrigues de
Lemos Paula Marques

João José Pereira Cavallazzi
Conselheiro Fiscal



(assinado digitalmente)

Fabio dos Santos Riera
Diretor-Presidente
(assinado digitalmente)

Marlei Goldmeyer
Secretária *Ad Hoc*
(assinado digitalmente)

Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

José João Tavares
Diretor de Planejamento de
Operações
(assinado digitalmente)

(assinado digitalmente)

Elivelton Luiz Doré
Agente Administrativo -
Contabilidade
(assinado digitalmente)

Esta folha pertence à ata da 43ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 25 de março de 2022
Página 5 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 01/06/2022 Data dos Efeitos 01/06/2022

Arquivamento 20226166848 Protocolo 226166848 de 01/06/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 388305886844406

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

01/06/2022



226166848

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A
PROTOCOLO	226166848 - 01/06/2022
ATO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL
EVENTO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL

MATRIZ

NIRE 42300038695
CNPJ 17.315.067/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 01/06/2022
SOB N: 20226166848

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06401675438 - ALESSANDRO RODRIGUES DE LEMOS PAULA MARQUES - Assinado em 07/04/2022 às 09:35:27
Cpf: 06971995929 - MARLEI GOLDMEYER - Assinado em 04/04/2022 às 16:48:13
Cpf: 07953343975 - ELIVELTON LUIZ DORE - Assinado em 13/05/2022 às 17:50:19
Cpf: 21598940953 - JOSE JOAO TAVARES - Assinado em 11/05/2022 às 14:18:14
Cpf: 69353980020 - MARCIO CASSOL CARVALHO - Assinado em 01/06/2022 às 16:36:27
Cpf: 82332592920 - JOAO JOSE PEREIRA CAVALLAZZI - Assinado em 05/05/2022 às 19:19:23
Cpf: 98118099768 - FABIO DOS SANTOS RIERA - Assinado em 06/05/2022 às 09:07:20



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 01/06/2022 Data dos Efeitos 01/06/2022

Arquivamento 20226166848 Protocolo 226166848 de 01/06/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 388305886844406

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

01/06/2022